Politica

2 • Correio Braziliense • Brasília, sexta-feira, 21 de abril de 2023

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Ex-ministro do GSI vai depor hoje na PF

Moraes ordenou a oitiva de Gonçalves Dias, que deixou o cargo após ser flagrado, em gravações, orientando radicais no 8/1

- » LUANA PATRIOLINO » ÂNDREA MALCHER
- ex-ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) Marco Edson Gonçalves Dias prestará depoimento, hoje, para a Polícia Federal. A oitiva ocorre por ordem do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que fixou prazo de

48 horas para o procedimento. G.Dias, como é conhecido, se demitiu do cargo na quarta-feira, depois de ser flagrado em gravações do circuito interno do Palácio do Planalto orientando extremistas que invadiram e depredaram o local, em 8 de janeiro.

No mesmo documento, Moraes determinou que a PF informe se cumpriu a decisão anterior sobre a obtenção de todas as imagens de câmeras do Distrito Federal que registraram os ataques, inclusive o circuito de monitoramento do Planalto. O magistrado ainda ordenou que todos os militares que aparecem nas gravações sejam identificados.

"Caso não tenham sido ouvidos, os depoimentos devem ser realizados em 48 (quarenta e oito) horas", escreveu Moraes. "A imprensa veiculou gravíssimas imagens que indicam a atuação incompetente das autoridades responsáveis pela segurança interna do Palácio do Planalto, inclusive com a ilícita e conivente omissão de diversos agentes do GSI."

Também ontem, o ministro interino do GSI, Ricardo Cappelli, afirmou que trabalha para levantar todas as informações a respeito da atuação de servidores da pasta no Palácio do Planalto no dia dos atos antidemocráticos. Segundo ele, os dados serão encaminhados ao STE.

"A gente recebeu solicitação do ministro Alexandre de Moraes e vai cumprir, vai fazer a identificação e cumprir a determinação do Supremo Tribunal Federal", frisou Cappelli, em coletiva de imprensa, após reunião com o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro (leia reportagem ao lado).

Segundo Cappelli, todos os passos acerca da investigação serão repassados ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Vamos fazer tudo com muita tranquilidade, equilíbrio, firmeza.



Imagens indicam a
atuação incompetente
das autoridades
responsáveis pela
segurança interna do
Palácio do Planalto,
inclusive com a ilícita
e conivente omissão de
diversos agentes do GSI"

Alexandre de Moraes, ministro do STF

Estamos começando a levantar os dados. Então, a gente vai fazer uma avaliação, estudar e apresentar ao presidente, na volta da viagem (do chefe do Executivo à Europa), uma opinião, uma avaliação da situação e de rumo."

Dino não vê conluio

Quem também pregou tranquilidade na apuração foi o ministro da Justiça, Flávio Dino. Ele disse não acreditar em conluio entre G.Dias e os criminosos que invadiram e depredaram o Planalto.

"Sinceramente, conheço muito pouco o general G.Dias. Mas, de tudo que ouvi, não acredito que tenha agido mancomunado ou de conluio com criminosos", frisou Dino a jornalistas no Ministério da Justica.

Segundo o ministro, o pedido de exoneração de G.Dias não necessariamente representa um indício de culpa. "Se alguém detentor de um cargo em comissão sai, não significa dizer que ele é culpado de qualquer coisa. Às vezes, são outras circunstâncias mais da discricionariedade política e administrativa", argumentou.

O general decidiu pedir demissão depois de reunião com Lula. O petista já havia sido aconselhado por aliados a dispensar o militar.

Lula negou, ontem, ter ficado aborrecido com o pedido de exoneração de G.Dias: "Ele saiu por vontade própria", sustentou, ao jornal *Valor Econômico*.



Lula com G.Dias: presidente disse que o general "saiu por vontade própria" do comando do Gabinete de Segurança Institucional

» Destino incerto do GSI

O ministro da Justiça, Flávio Dino disse, ontem, que há uma discussão no governo sobre extinguir ou não o Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Caso o órgão seja preservado, também haverá a discussão se o comando fica com um militar ou com um civil. O titular da pasta também destacou que há uma tentativa de "amigos de terroristas" para tirar o foco das investigações sobre o 8 de Janeiro. A oposição ao governo tenta emplacar a versão de que o Executivo foi negligente com a segurança e também tem responsabilidade nos ataques.

Transição foi na pasta da Defesa

» VINICIUS DORIA

O ministro interino do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Ricardo Cappelli, e seu antecessor, general Gonçalves Dias, se encontraram, na manhã de ontem, por cerca de uma hora, em uma sala ao lado do gabinete do ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, para uma conversa sobre a transição de funções.

O encontro, não agendado oficialmente, se deu na sequência de uma visita de cortesia que G. Dias (como é conhecido) fez ao ministro, de quem é amigo desde o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

G.Dias esteve no ministério por volta das 9h30 e foi recebido imediatamente por José Múcio. Cappelli chegou por volta das 10h e, após uma conversa entre os três, no gabinete do ministro da Defesa, acompanhou o general a uma sala vizinha, para que pudessem conversar a sós. No encontro, que durou cerca de uma hora, os dois trataram da situação do GSI e de medidas que estão sendo adotadas, desde os atos de 8 de janeiro, em relação aos militares lotados no órgão.

Exército

Paralelamente, José Múcio recebia o comandante do Exército, general Tomás Paiva, em seu gabinete. Segundo apuração do **Correio**, Paiva e G.Dias não se encontraram. O ex-ministro deixou a sede da Defesa logo após a conversa com Cappelli.

No fim da manhã, foi a vez de

o ministro da Justiça, Flávio Dino, chegar ao Ministério da Defesa. José Múcio, Cappelli, Paiva e Dino estenderam a conversa sobre a crise instalada no governo com a divulgação das imagens da invasão do Palácio do Planalto — que registraram a presença amistosa de G.Dias junto a vândalos — até o almoço, servido no próprio gabinete.

Na pauta da reunião, o futuro do GSI, que pode perder o status de ministério e se transformar em uma secretaria ligada à Presidência da República, sem participação de militares.

Depois do encontro, Paiva e Cappelli concederam entrevista à imprensa, que aguardava informações na portaria do ministério. José Múcio e Flávio Dino permaneceram no gabinete, sem falar com jornalistas.

Governo prepara tropa de choque para a CPMI



Para Farias, comissão "vai ser um tiro no pé dos bolsonaristas"

- » TAÍSA MEDEIROS » RAPHAFI FELICE
- » RAPHAEL FELICE » INGRID SOARES

O vice-líder do governo no Congresso, deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), afirmou que o Executivo montará um grupo experiente para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos atos golpistas. A tropa de choque deve ser composta, por exemplo, por senadores que estiveram no

comando da CPI da Covid.

"Estamos separando os melhores quadros para estar lá. No Senado, já temos Renan Calheiros, Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Omar Aziz. Vamos

preparar os melhores", frisou. Segundo cálculos do parlamentar, dos 16 senadores que vão compor o grupo, pelo menos 11 são parte do bloco governista. "Na Câmara, a gente também tem números, porque tem blocos que são do governo e da oposição, mas, pelos nossos cálculos, vamos ter uma maioria governista de nove ou 10 deputados", estimou.

Farias ainda criticou o deputado federal André Fernandes (PL-CE), que protocolou o pedido da CPMI em janeiro. "Esse André Fernandes, estamos tomando medidas possíveis para que ele não participe da CPI, ou participe como investigado", disse. "Ele é investigado pelo STF, como vai ser presidente de uma comissão como essa?"

Fernandes foi incluído no inquérito que corre no Supremo por divulgar, com dois dias de antecedência, a manifestação que resultou nos ataques às sedes dos Três Poderes da República, bem como por ironizar a situação. Procurado pelo **Correio**, Fernandes não se manifestou até o fechamento desta edição.

Na avaliação de Farias, a comissão "vai ser um tiro no pé dos bolsonaristas". "Porque uma coisa eles não vão conseguir mudar com falsas narrativas: todos sabem que foram as bases bolsonaristas que atuaram naquele 8 de janeiro", argumentou.

O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) rebateu as declarações de Farias sobre o governo querer a presidência ou a relatoria da CPMI. "O governo tenta abafar o caso, empurra narrativas para justificar prisões e abusos. A última pessoa a ser presidente e relatora dessa CPMI deve ser uma governista", enfatizou.

Apoio

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou, ontem, que orientou os líderes do governo na Câmara,

José Guimarães (PT-CE); do Senado, Jaques Wagner (PT-BA); e Congresso, Randolfe Rodrigues, a apoiar a criação da CPMI.

"Na nossa opinião, o vazamento das imagens cria uma nova situação política e, por conta disso, orientamos os líderes, no diálogo com os líderes dos partidos que compõem a base, a afirmar que, caso sessão do Congresso na próxima semana tenha a leitura da instalação da CPMI do 8 de janeiro, apoiaremos a instalação. Vamos orientar líderes a indicar membros", relatou a jornalistas no Palácio do Planalto.

Na opinião de Padilha, a instalação da comissão será uma "pá de cal" na tentativa de parlamentares da oposição de criar o que caracterizou de "teoria terraplanista" de que integrantes do atual governo estariam envolvidos nos atos.